

27/06/2019

## A batalha das palavras (IV): É a linguagem emancipadora a mesma coisa do que o politicamente correto?

### Gabriel Schütz

[Doutor em Saúde Pública. Professor da UFRJ  
Universidade Federal do Rio de Janeiro]

É necessário abordarmos uma questão que a muitas pessoas pode lhes parecer superficial ou até algo muito chato, em especial, mas não exclusivamente, às pessoas com mais de cinquenta anos como eu próprio.

Estou me referindo ao devido cuidado que deveríamos tomar nas palavras que utilizamos para nos referirmos às identidades historicamente oprimidas, invisibilizadas, silenciadas.

Uma problemática que comumente é reduzida às atitudes discriminativas que atingem mulheres, homossexuais, pessoas de cor negra, mas que na verdade se estende a um enorme e diverso leque da diversidade cultural humana que não encaixa facilmente no padrão estético-cultural eurocêntrico cis-sexual heteronormativo dominante.

Em forma mais visível, desde os movimentos históricos de 1968, um conjunto de coletivos sociais diverso (para fora) e heterogêneo (para dentro) irrompeu no debate público com suas demandas e reivindicações buscando ter a sua emancipação, a sua visibilidade e a sua voz reconhecidas. Denunciaram dispositivos de dominação que os oprime e buscam desconstruir os estereótipos de identificação/segregação por meio dos quais são marginalizados, explorados, violentados, assassinados.

Gostaria, em primeiro lugar, de distinguir a estratégia neoliberal do chamado “ser politicamente correto” da necessária empatia libertadora que, como militantes, devemos a todos os coletivos sociais oprimidos.

De um lado, a correção política, além de elegante e diplomática, possui um valor moral: ninguém tem o direito de magoar ou de buscar atingir a autoestima de outra pessoa. Mas em contextos de relações sociais formatadas pelo neoliberalismo, a correção política em si mesma pode ser lida como uma estratégia de minimizar conflitos, sempre inconvenientes, sempre indesejáveis aos processos de acumulação material ou simbólica. Daí o interesse de muitas corporações em orientar seus “Recursos Humanos” para a utilização de uma linguagem inclusiva. Contudo, esta orientação é sempre ahistórica, despolitizada: não devem ser utilizadas expressões racistas, misóginas ou homofóbicas apenas porque isso é feio, démodé.

Muito diferente é demonstrar a estruturalidade destes dispositivos na totalidade da dominação.

Alguém, nesse momento, poderia dizer que, independentemente da cor da pele ou da sexualidade, a pior das discriminações sociais é a pobreza, que o dispositivo opressor é o capitalismo e que a via da resistência é a luta de classes. Neste sentido, é preciso observar que a formulação dialética da luta de classes como a totalidade, como momento universal do qual se originam as contradições é derivado de um momento histórico (e geográfico) em que as questões de gênero, raça/etnia e colonialidade não formavam parte da pauta de discussão revolucionária. Todavia, no seu famoso ensaio sobre as condições da classe operária durante a revolução industrial britânica, no século XIX, Engels abordou a situação dos irlandeses como população de operários singular a partir da sua distinção de origem.

Uma atualização da totalidade da estrutura opressiva na sociedade atual deve conter a luta de classes atravessada por dispositivos de dominação que a facilitam e, ao mesmo tempo, a excedem: o patriarcado; o racismo; o colonialismo. Cada um deles com as suas nuances e formas de se expressar. Vários/as autores/as críticos/as, como por exemplo Antônio Gramsci no seu célebre ensaio “Americanismo e Fordismo” descreveu o excelente serviço que a moralidade patriarcal ofereceu à modernização do capitalismo de pós guerra. Brasileiros como Florestan Fernandes e José de Souza Martins dentre muitos/as outros/as denunciaram a estruturalidade do racismo na construção da sociedade autoritária e desigual no Brasil. Ultimamente, vários/as autores/as, desde diferentes perspectivas, contribuem à desconstrução do colonialismo, do machismo, da homofobia, da xenofobia.

Bebendo nessas fontes, chega-se à conclusão que as críticas às políticas de identidades como sendo uma prática neoliberal, ou ao menos, como uma posição política que debilita a luta de classes só pode estar baseada numa concepção eurocêntrica da totalidade dialética, colonizada por uma invisibilização patriarcal da necessidade do capitalismo para coisificar o humano, para domesticar os corpos e os desejos.

Se algum argumento falta para aderirmos à linguagem inclusiva emancipadora sem achar chatice ou futilidade, aqui vai: as novas gerações tendem a não tolerar a discriminação linguística.

Se pretendemos que nossas lutas pela justiça social se continuem no tempo, é bom irmos empatizando com a moçada mais comprometida com a liberdade de consciência. ■■■

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*